

Sarney revê o que vetou no orçamento

BRASÍLIA — O presidente José Sarney deve enviar ao Congresso Nacional, esta semana, projeto de lei destinado a restabelecer verbas orçamentárias para crédito rural, financiamento de exportações e compras de trigo e de açúcar. Essas verbas são parte do orçamento das operações de crédito do Tesouro, vetado em bloco pelo presidente. Como o veto não poderia ser discriminatório, acabou atingindo despesas necessárias a vários programas considerados prioritários.

As lideranças partidárias concordaram em votar o projeto com rapidez, mas, antes disso, o veto presidencial ao orçamento deverá ter sido aprovado. Se não o for, o novo projeto de lei perde sentido e a batalha orçamentária ganhará um capítulo extra. Há, no entanto, interesse parlamentar num tratamento urgente da questão das operações de crédito, segundo afirmou o senador Almir Gabriel, relator do projeto do Orçamento Geral da União (OGU).

Bancadas do Nordeste e do Sul já se movimentam para obter uma rápida solução para o impasse financeiro. Enquanto as operações de crédito oficiais permanecerem congeladas, o governo não poderá comprar açúcar — item de especial interesse para os nordestinos — nem pagar aos produtores gaúchos de trigo. A comercialização do trigo é exercida, em regime de exclusividade, pelo Banco do Brasil. Os pagamentos já estavam em atraso no final do ano e a situação se agravou ao iniciar-se o novo exercício orçamentário. O BB ainda tem de liquidar as compras de aproximadamente 400 mil toneladas de trigo do Rio Grande do Sul. O congelamento das verbas, no entanto, está produzindo e pode produzir problemas bem mais amplos. Exportações estão paralisadas por falta de financiamento, fator importante na competição internacional. Além disso, dentro de algumas semanas começarão a ser colhidos grandes volumes de produtos da safra de verão. Serão necessários recursos para financiamento de estocagem pelos produtores e, além disso, para as compras oficiais destinadas a garantir os preços mínimos.